

## **ATIVIDADES RURAIS NÃO-AGRÍCOLAS E TRABALHO: UMA ANÁLISE POR GRANDES REGIÕES DA PLURIATIVIDADE NA AGRICULTURA FAMILIAR BRASILEIRA.**

*Alda Pinto da Silva*

Mestranda em Políticas Sociais pela UENF

E-mail: [aldinhaps@yahoo.com.br](mailto:aldinhaps@yahoo.com.br)

*Marlon Gomes Ney*

Professor do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da UENF

E-mail: [marlonney@uenf.br](mailto:marlonney@uenf.br)

### **Resumo:**

A pesquisa estuda a evolução recente das desigualdades socioeconômicas, a partir do processo de modernização conservadora, entre pessoas ocupadas em atividades agrícolas e atividades rurais não-agrícolas, bem como, avalia a contribuição dessas atividades para disparidades de rendimentos na agricultura familiar. O trabalho realiza um debate sobre o processo de intensificação da pluriatividade, por Grandes Regiões, a fim de verificar se esse processo é usado como estratégia de sobrevivência ou meio de diversificação da renda/trabalho. Para tanto, utilizando os microdados da “PNAD” as pessoas em domicílios rurais foram divididas em “exclusivamente agrícolas” e “pluriativas”, os dados revelaram grandes disparidades regionais quanto ao uso do recurso da pluriatividade o que exige, por parte do governo, políticas sociais específicas para a manutenção da renda/trabalho dos agricultores familiares.

**Palavras-Chave:** Atividades Rurais Não-Agrícolas; Pluriatividade; Agricultura Familiar.

### **Abstract:**

The research studies the recent socioeconomic inequality evolution from the conservative modernization process, among people who are involved with agricultural activities and rural non-agricultural activities, it also evaluates the contribution of these activities to income disparities in family farming. This report performs a debate about the intensification of the pluriactivity process, by Large Regions, in order to verify if this process is used as a survival

strategy or a means of income/work diversification. Therefore, using the “PNAD” micro-data, the people who live in rural residences were divided into “exclusively agricultural” and “pluriactive”, the data show great regional disparities concerning the usage of the pluriactivity resource what requires, by the government, specific social politics to maintain the family farmers income/work.

**Key-words:** Non-Agricultural Activities; Pluriactivity; Family Farming.

## ***APRESENTAÇÃO***

Ao longo das últimas décadas o espaço rural vem passando por profundas transformações. Delimitar o que é espaço rural e urbano tem se tornado uma tarefa cada vez mais complexa. No Brasil, se usa o critério da delimitação administrativa, que classifica como área urbana toda sede de município e de distrito, independente de seu tamanho e características socioeconômicas (Veiga, 2003). Todo o resto compõe as áreas rurais.

Na maioria dos países, os critérios utilizados para a demarcação são o número de habitantes da localidade, sua densidade populacional, ou a combinação das duas variáveis. Nesse sentido, a pesquisa, em vez de analisar o fenômeno generalizado da pluriatividade no espaço rural, estudará as recentes transformações da produção familiar agrícola a partir do processo de modernização conservadora, mostrando a emergência e intensificação da pluriatividade como indicador de uma ruptura sobre as dimensões do rural. O agricultor não é mais apenas um camponês, pois ele tem se tornado um indivíduo autônomo que mescla as atividades agrícolas e não-agrícolas.

No primeiro momento do trabalho serão apresentados os microdados da PNAD (Pesquisa Nacional Por Amostra De Domicílios) do Brasil. A partir dos dados da PNAD a pesquisa vem analisar as desigualdades socioeconômicas, a renda, bem como o nível educacional entre pessoas em domicílios rurais ocupadas em atividades exclusivamente agrícolas e atividades pluriativas na agricultura familiar. Posteriormente é efetuado um debate sobre as recentes modificações no meio rural brasileiro, sobretudo, a emergência das atividades rurais não-agrícolas e, conseqüentemente, das famílias pluriativas, isto é, a

combinação dessas atividades rurais não-agrícolas com as atividades agrícolas dentro da produção rural familiar. Assim, o trabalho realiza um debate sobre como as famílias pluriativas, têm utilizado a pluriatividade seja para manutenção ou diversificação da renda do trabalho.

### ***A Metodologia da pesquisa***

A pesquisa com viés quantitativo utiliza os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). A finalidade da PNAD é produzir informações básicas para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do Brasil. Implantada progressivamente a partir de 1967, o levantamento das estatísticas da PNAD vem estabelecendo ao longo dos 45 anos de sua realização, um respeitável aparelho de investigação para elaboração, validação e avaliação de políticas dirigidas para o desenvolvimento socioeconômico e ainda para a melhoria das condições de vida no Brasil (IBGE, 2010).

A PNAD é realizada por meio de dois questionários: o primeiro contempla as pessoas e o segundo diz respeito aos domicílios rurais ou urbanos. O trabalho exclui toda a área considerada como urbana nos microdados da PNAD. A pesquisa agrupa os questionários por domicílios e por pessoas em única base de dados para análise. É almejado demonstrar a composição estrutural da agricultura familiar separando as pessoas por domicílios agrícolas, aqui considerados como todos aqueles que possuem pelo menos uma pessoa ocupada com renda proveniente da agricultura.

Outro ponto importante a ser analisado no trabalho é a definição do que se compreende como agricultura familiar. Schneider (2003a) denota que a partir da década de 1990 a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) vieram a estabelecer as diretrizes para o desenvolvimento sustentável indicando dois modelos: patronal e familiar. O modelo familiar aqui analisado é qualificado pela relação íntima entre trabalho e gestão, onde a direção do que é produzido é definido pelos proprietários, com destaque para diversificação da produção e da qualidade dos recursos e de vida (SCHNEIDER 2003A).

Desta forma, compreender o que é a agricultura familiar se torna uma tarefa difícil. O trabalho vem a comparar a distribuição e nível de renda, escolaridade e condições de trabalho por grandes regiões brasileiras, a fim de analisar o efeito das atividades rurais não-agrícolas

na desigualdade da distribuição de renda agrícola no Brasil através das diferenças entre as famílias “exclusivamente agrícolas”<sup>1</sup> e as “famílias pluriativas”<sup>2</sup> na agricultura familiar.

A pesquisa avalia como mundo da *agricultura familiar* a soma dos tipos de famílias de empregadores (com até 2 empregados) e por conta-própria que é um dos critérios do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) para enquadramento dos agricultores como familiares. São analisadas no trabalho somente as pessoas em domicílios rurais familiares com renda maior do que zero.

Assim as famílias em domicílio rural são divididas em “exclusivamente agrícolas” e “pluriativas” - que possuem renda originária de atividades rurais não-agrícolas e atividades agrícolas-, a fim de elucidar como as variáveis exemplificadas se comportam na composição da renda familiar.

Desta forma, o quadro 1.0 abaixo demonstra a ponderação do universo e a diferença percentual por grande região do total de pessoas em domicílios exclusivamente agrícolas e pluriativos a partir dos critérios adotados para definição de agricultura familiar pelos dados da PNAD do ano de 2009.

**Quadro 1.0- Diferença percentual e o total de famílias exclusivamente agrícolas e pluriativas por Grandes Regiões e Brasil na agricultura familiar, PNAD, 2009.**

	Exclusivamente Agrícola		Pluriativo		Total	
	N	%	N	%	N	%
Norte	258891	67,0	127707	33,0	386598	100
Nordeste	1196832	66,9	593446	33,1	1790278	100
Sudeste	358804	69,0	161171	31,0	519975	100
Sul	547182	68,9	246413	31,1	793595	100
Centro-Oeste	547182	71,3	57720	28,7	201174	100
Brasil	2908891	73,9	1025286	26,1	3934177	100

Fonte: Elaboração dos autores.

O quadro demonstra que no Brasil cerca de 74% das pessoas em domicílios rurais no exercem atividades exclusivamente agrícolas enquanto que cerca de 26% são pluriativos. O quadro ainda vem a descortinar que nas regiões Norte e Nordeste os “pluriativos” apresentam

<sup>1</sup> Representadas pelas famílias rurais que exercem apenas atividades primárias do setor agrícola.

<sup>2</sup> No trabalho utilizaremos o mesmo conceito de Schneider (2006) onde a família pluriativa refere-se a um fenômeno que se caracteriza pela combinação das múltiplas inserções ocupacionais das pessoas que pertencem a uma mesma família rural, seja ela agrícola ou não-agrícola ( ligadas à moradia, lazer, e as atividades industriais e de prestação de serviço).

uma participação maior, cerca de 33%. Assim, mesmo destacando que os dados podem apresentar distorções para uma pesquisa estatística, espera-se que os dados da PNAD do ano de 2009 revelem algumas das principais características socioeconômicas da população, como trabalho, educação e rendimento.

### *A política de modernização conservadora e exclusão da agricultura familiar*

No Brasil, o debate sobre a agricultura familiar ainda é contemporâneo e não detém contornos claros e bem definidos. A expressão “agricultura familiar”, por exemplo, só ganhou projeção no final da década de 1980. Um dos méritos de autores como Abramovay (1991), Veiga (1991), entre outros, é demonstrar que a agricultura familiar é uma forma social reconhecida. Algumas dessas pesquisas evidenciaram que os estudos específicos sobre o crescimento das atividades rurais não-agrícolas e a pluriatividade mostram as dimensões socioeconômicas e culturais da estrutura agrária brasileira (SCHNEIDER, 2003a).

Contudo, ao se pensar na agricultura familiar não se pode deixar de explicitar as mudanças ocorridas na década de 1970 e 1980, quando ocorreram profundas transformações na estrutura agrária brasileira pelo processo que ficou conhecido como “modernização conservadora”. Graziano da Silva (1997) relata que esse processo foi pautado nos desígnios da Revolução Verde<sup>3</sup>:

Daí a proposta de modernização ser entendida como a introdução de "novos fatores" que incluíam desde as sementes geneticamente melhoradas da Revolução Verde, os adubos e defensivos químicos, as máquinas e equipamentos, até a educação formal, nos moldes urbanos. (págs. 2,3)

Para Balsan (2006) as transformações ocorridas no espaço rural tiveram como consequências não só a acirrada concorrência na produção dos produtos agrícolas, como também efeitos socioeconômicos sofridos pela população mais pobre residente em áreas

---

<sup>3</sup> Revolução Verde refere-se à invenção e disseminação de novas sementes e práticas agrícolas que permitiram um vasto aumento na produção agrícola em países menos desenvolvidos durante as décadas de 60 e 70. É um amplo programa idealizado para aumentar a produção agrícola no mundo por meio do 'melhoramento genético' de sementes, uso intensivo de insumos industriais, mecanização e redução do custo de manejo. O modelo se baseia na intensiva utilização de sementes geneticamente melhoradas (particularmente sementes híbridas), insumos industriais (fertilizantes e agrotóxicos), mecanização, produção em massa de produtos homogênicos e diminuição do custo de manejo. Também são creditados à revolução verde o uso extensivo de tecnologia no plantio, na irrigação e na colheita, assim como no gerenciamento de produção. Se de uma forma crítica a "Revolução Verde" proporcionou através destes 'pacotes inovadores' a degradação ambiental e cultural dos agricultores tradicionais, por outro lado somente com ela foi possível alimentar os mais de 6 bilhões de pessoas na Terra.

rurais. *“As transformações no campo ocorrem, porém, heterogeneamente, pois as políticas de desenvolvimento rural, inspiradas na ‘modernização da agricultura’, são eivadas de desigualdades e privilégios.”* (BALSAN, 2006, pág. 125).

No território brasileiro o que temos é uma superiorização da grande propriedade rural. O grande proprietário impôs seu modelo socialmente reconhecido, para tanto, recebeu grandes estímulos na política agrícola que procurou modernizar e assegurar sua reprodução. Por outro lado colocou a agricultura familiar em uma posição marginalizada e subalterna frente às políticas do governo. A estrutura agrária no Brasil evoluiu para o aumento da concentração fundiária e de renda, em que o caráter excludente se acentuou ainda mais no período, e o acesso a terra foi cada vez mais dificultado ao trabalhador rural. Para Balsan (2006) além da propriedade privada da terra estar concentrada nas mãos de poucos proprietários, *“... o acesso a ela também é restrito, ou seja, é praticamente fechado, pois, além da minoria deter a maior porção de terras rurais, detém também a exploração das mesmas.”* (pág. 131).

A respeito desta perspectiva Gohn (2011) enfatiza que em alguns países, principalmente nos países Latino-Americanos, a utilização da concepção de território não tem feito a ligação entre estas temáticas de crescimento e as necessidades de desenvolvimento para a sociedade. A implantação de algumas políticas como ocorreu com o processo de “modernização conservadora” realizada no Brasil tratou o território apenas como um ativo econômico, fundamental para o crescimento do país sem pensar em como os diversos extratos socioeconômicos reagiriam ao incentivo da política social.

É evidente clarificar que a partir desse processo de “modernização conservadora” o êxodo rural começou a expandir-se em áreas onde o desenvolvimento da agricultura através da mecanização e capitalização foi maior. O aumento da concentração fundiária significou grande exclusão social e econômica. Houve um aumento significativo das camadas mais ricas na apropriação total da renda.

A modernização efetuada na agricultura brasileira efetivou a exclusão do homem do campo na geração de emprego, diminuição da renda e ainda a subordinação do capital e uma crescente competição capitalista no espaço rural ocasionando desordem. Segundo Balsan (2006):

Dentro de uma ótica global, a modernização agrícola nos revela que, por meio dos processos históricos, a propriedade da terra foi sendo subordinada ao capital. O

progresso técnico não está uniformemente difundido, mas, sim, ocorre uma concentração espacial e setorial... (BALSAN 2006, pág. 128)

Buainain *et. al.* (2003) enfatiza que nos anos 1980, era sustentada a tese que o processo de modernização conservadora gerava uma integração da agricultura com os capitais industriais, comerciais e financeiros que a abarcam, formando o que foi chamado de “complexos agroindustriais”. A partir deste novo quadro analítico reformulado no Brasil a reforma agrária foi vista como um processo anacrônico, desnecessária e insustentável para o caso brasileiro, servindo apenas para questões sociais e não econômicas.

### ***A intensificação das atividades rurais não-agrícolas***

Durante a década de 1980 houve um extraordinário crescimento de pessoas com domicílios rurais ocupadas no comércio, na indústria da transformação e nos serviços, ou seja, nas atividades rurais não-agrícolas (RNA). Graziano da Silva (1997) divide as atividades rurais não-agrícolas em três grandes áreas de atuação: *a)* atividades relacionadas com o crescimento das indústrias, especialmente as agroindústrias; *b)* a crescente urbanização do meio rural em que são desenvolvidas atividades ligadas à moradia, turismo, lazer e a preservação do meio ambiente; *c)* a rápida proliferação dos sítios de recreio.

Ney e Hoffmann (2007) demonstram que a ampliação do setor RNA é um importante componente do desenvolvimento da economia rural. As atividades rurais não-agrícolas têm proporcionado novas oportunidades de trabalho para a população que reside no campo e ainda tem gerado alternativas de se obter remunerações mais elevadas aos agricultores que somente tem exercido atividades agrícolas.

Assim, alguns autores do pensamento da sociologia e economia agrícola brasileira, como Del Grossi (2002), Schneider (2003) e Graziano da Silva (2001), resumem as transformações ocorridas na agricultura recente através de uma nova denominação: “*o novo rural brasileiro*”. Graziano da Silva *et. al.* (2002) enfatizam que o novo paradigma rural engloba três tipos de atividades essenciais: 1)- agricultura baseada em *commodities* ligada à agroindústria; 2)- conjunto de atividades rurais não-agrícolas ligadas essencialmente ao lazer,

moradia e a prestação de serviços e atividades industriais; 3)- conjunto de atividades agropecuárias estimuladas por nichos especiais de mercado.

Para Graziano da Silva (1997) a possibilidade de combinar atividades agrícolas com atividades não-agrícolas fora do estabelecimento familiar se deve a um procedimento de "desdiferenciação" ou "desespecialização" da divisão social do trabalho que tem na sua origem a modificação do próprio processo de trabalho, tanto na agricultura moderna como na indústria de base fordista. O mesmo ainda assinala que essas famílias vieram a ser conhecidas como *pluriativas*, já que exerciam mais de uma atividade econômica.

Se antes algumas dessas atividades não se inseriam no campo produtivo, agora elas passaram a integrar cadeias produtivas, envolvendo não apenas complexos agroindustriais como também serviços produtivos complexos e sofisticados. Para Graziano da Silva (2001) as projeções indicam *"que a continuar nesse ritmo, no ano 2014 a maioria dos residentes rurais do país estarão ocupados nessas atividades não-agrícolas."*

Para Schneider (2003), a pluriatividade se caracteriza por uma forma de organização do trabalho familiar e refere-se a situações sociais em que os sujeitos que compõem uma família em domicílio rural passam a exercer um conjunto diverso de atividades econômicas e produtivas, em que não necessariamente estejam ligadas a formas tradicionais da agricultura. A promoção do crescimento da mão-de-obra pluriativa foi incentivada pela flexibilização do processo de trabalho industrial, que também interessa a indústria por ser mais econômica. Assim a pluriatividade fixou-se permanentemente nas unidades familiares agrícolas, tendo em vista o novo ambiente social e econômico no meio rural.

Outro componente importante é que a decisão da família rural em participar do setor RNA depende dos incentivos que ela recebe e da sua capacidade de participar. A relação entre eles determina o comportamento familiar, que pode ser analisado por meio dos fatores de atração e expulsão. Os fatores de atração são utilizados sobretudo quando os agricultores ganham uma renda maior nas atividades do RNA se comparada aos ganhos da pequena propriedade. Já os fatores de expulsão são os que normalmente compensam a falta de acesso ao mercado de seguros ou de crédito e exigem das famílias a diversificação de renda, para gerir o impacto sobre a renda devido à seca ou até as limitações crônicas como a falta de terra ou ainda para comprar insumos agrícolas (REARDON ET. AL., 1998).



Marsden (1995) e Schneider (2003) evidenciam que as mudanças em curso, desde o início de 1990, na política agrícola principalmente em países desenvolvidos estimulam a diversificação da produção, o que para os autores pode ser compreendido como indicativo que o Estado tem criado políticas sociais para o campo que não passam necessariamente pelo estímulo à produção agrícola, o que confirma o recuo do padrão fordista de produção na agricultura e coopera para a proliferação de novas formas de reprodução da força de trabalho na agricultura. O advento das famílias pluriativas dentro da agricultura familiar seria a maior expressão desse novo redirecionamento (MARSDEN 1995, apud. SCHNEIDER, 2003).

Deste modo, não se pode mais caracterizar o espaço rural como somente agrário. Há nesse mundo um conjunto de atividades não-agrícolas que tem representado a cada dia mais, grande parcela de sua dinâmica.

### ***O que os dados da PNAD revelam***

A pluriatividade tem se tornado um fenômeno muito diversificado e heterogêneo, que intimamente é relacionado às estratégias sociais e produtivas adotadas pela família e do contexto socioeconômico em que elas estão inseridas. Em regiões onde a agricultura é mais eficaz, a concentração de terra é menor e os agricultores possuem apoio técnico integrado às cadeias agroindustriais, as atividades agrícolas são dominantes em relação às não-agrícolas.

A tabela 1.1 vem a demonstrar a renda média e a diferença percentual entre as famílias pluriativas e as famílias exclusivamente agrícolas. Analisando os dados obtidos, é evidenciado que, apesar da renda média entre as famílias não apresentarem grandes disparidades, mesmo quando considerado as relações entre Grandes Regiões, é manifesto na diferença percentual dos dados uma disparidade de concentração nos baixos extratos de renda nas famílias exclusivamente agrícolas. No Nordeste brasileiro observa-se que a renda de pessoas em famílias exclusivamente agrícolas, estão concentradas em extratos de renda de até 1 Salário Mínimo (SM), cerca de 83% estão localizadas nesta faixa. Ao observar os mesmos dados para pessoas em domicílios pluriativos essa mesma relação cai para cerca de 65%. Os dados da PNAD demonstram uma concentração nos estratos de renda inferiores das famílias exclusivamente agrícolas, enquanto que as famílias pluriativas possuem uma distribuição percentual de renda não tanto concentrada, principalmente nas regiões Sul e Sudeste brasileiras.

**Tabela 1.1- Diferença percentual e renda média de pessoas em famílias “exclusivamente agrícolas” e as “pluriativas” por Grandes Regiões e Brasil na agricultura familiar. PNAD, 2009.**

Grande Região	Exclusivamente Agrícola					Grande Região	Pluriativa				
	Renda Média	% de pessoas com renda					Renda Média	% de pessoas com renda			
		Até 1 SM	De 1 SM a 2 SM	De 2 SM a 3 SM	A partir de 3 SM			Até 1 SM	De 1 SM a 2 SM	De 2 SM a 3 SM	A partir de 3 SM
Norte	632,4	53,4	32,1	8,0	6,5	Norte	682,1	42,9	41,8	8,3	7,1
Nordeste	308,4	83,1	12,2	2,5	2,1	Nordeste	362,9	65,5	28,7	4,1	1,7
Sudeste	693,9	44,6	38,0	7,4	10,0	Sudeste	762,4	33,2	42,7	11,6	12,5
Sul	1141,7	29,0	30,9	13,4	26,6	Sul	982,0	19,7	45,2	15,9	19,1
Centro-Oeste	1004,8	39,0	33,6	11,8	15,6	Centro-Oeste	861,0	29,8	46,9	11,4	11,9
Brasil	619,0	60,2	23,3	6,7	9,8	Brasil	604,3	47,5	36,3	8,4	7,8

Fonte: Elaboração dos autores.

A tabela 1.2 vem a estudar, essencialmente, os domicílios pluriativos no Brasil, ela evidência a porcentagem das pessoas exercendo atividades agrícolas e não-agrícolas na semana de referência a pesquisa da PNAD. A tabela descortina que em todas as Grandes Regiões brasileiras os domicílios pluriativos possuem as atividades rurais não-agrícolas como principal atividade. No Brasil cerca de 51% exercem as atividades não-agrícolas como a principal atividade enquanto que cerca de 48,5% estão nas formas tradicionais de produção agrícola.

**Tabela 1.2- Porcentagem de pessoas em domicílios pluriativo em atividades agrícolas e não-agrícolas por Grande Região e Brasil na agricultura familiar. PNAD, 2009.**

Grandes Regiões	Pluriativo		
	% pessoas em atividade principal		
	Agrícola	Não-Agrícola	Total
Norte	49,6	50,4	100
Nordeste	49,6	50,4	100
Sudeste	48,1	51,9	100
Sul	47,3	52,7	100
Centro-Oeste	46,7	53,3	100
Brasil	48,8	51,2	100

Fonte: Elaboração dos autores.

A tabela 1.2 também vem a esclarecer que na região Centro-Oeste 53,3% das pessoas em domicílios pluriativos possuem as atividades rurais não-agrícolas como a principal fonte

em relação aos 46,7% em atividades exclusivamente agrícolas. Na Região Sul brasileira as atividades não-agrícolas respondem por cerca de 53% do total dos domicílios pluriativos e a atividades agrícolas por cerca de 47%.

Já a tabela 1.3 vem a descortinar a diferença média de anos de estudo entre pessoas em domicílios exclusivamente agrícolas e em domicílios pluriativos. A tabela deixa em evidência, em primeiro lugar, que a região centro-sul (compreendendo centro-oeste, sudeste e sul) brasileira possui a média de anos de estudo elevada em relação às regiões Norte e Nordeste. Outro ponto que não se pode deixar de explicitar é a relação entre as pessoas em domicílios pluriativos, pois em exceção a região Norte, em que a média se equivale (para ambos os domicílios analisados), em todas as outras regiões brasileiras a média de anos de estudo das pessoas em domicílios pluriativos é bem elevada. Na região Sul brasileira a média de anos de estudo é de 7,7 anos enquanto que na mesma região os domicílios exclusivamente agrícolas possuem média de apenas 5 anos de estudo. O Nordeste brasileiro essa relação é ainda maior os domicílios pluriativos possuem mais do dobro de média de anos estudo: 5,3 anos; enquanto que os exclusivamente agrícolas possuem em média 2,4 anos de estudo. O que vem a descortinar o baixo nível educacional das pessoas em domicílios rurais pertencentes à agricultura familiar brasileira.

**Tabela 1.3- Média de anos de estudo entre famílias exclusivamente agrícolas e pluriativas por Grandes Regiões e Brasil na agricultura familiar. PNAD, 2009.**

Grandes Regiões	Anos de Estudo			
	Exclusivamente Agrícola		Pluriativa	
	N	Média	N	Média
Norte	231605	3,5	113928	3,5
Nordeste	1196812	2,4	593408	5,3
Sudeste	358812	4,3	161173	7,4
Sul	547184	5,0	246412	7,7
Centro-Oeste	143446	4,6	57726	7,5
Brasil	2477859	3,5	1172647	6,2

Fonte: Elaboração dos autores.

Os dados da PNAD vêm a revelar grandes disparidades regionais no Brasil. Em regiões que não possuem um dinamismo, com predominância da agricultura familiar mais rudimentar e menos integrado aos complexos, o exercício de atividades rurais não-agrícolas nunca deixou de ser realizada, sendo um recurso complementar a renda agrícola ou ainda

como estratégia de sobrevivência para os agricultores familiares. A ideia é que uma atividade não substitua a outra, mas que elas se complementem. (SCHNEIDER, 2003a).

A interação de atividades agrícolas com atividades rurais não-agrícolas é mais intensa no meio em que a relação do agricultor com ambiente socioeconômico é mais complexo e diversificado. Nas regiões Norte e Nordeste do Brasil uso da pluriatividade parece estar ligado a uma estratégia de sobrevivência a fim de manter a renda/trabalho na agricultura familiar das regiões. Já nas regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste a pluriatividade vêm a o cumprir o papel de diversificador da produção rural. O que vem a confirmar as pesquisas de Reardon et. al. (1998) onde o autor explica que *“los hogares más pobres tienen una mayor necesidad de empleo remunerado en el sector RNA (necesidad derivada de factores de expulsión basados en la necesidad de manejar riesgos, impactos y limitaciones crónicas)”* (pág.7).

Denarti (2001) observa que o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) tem custeado somente as tecnologias tradicionais para produtos tradicionais. O autor revela que o programa tem distribuído o financiamento de sistemas, custeio de produtos e pacotes tecnológicos tradicionais, *contudo “...falta crédito para investimentos e, principalmente, para financiar mudanças nos sistemas de produção, para reconversão produtiva e para atividades não-agrícolas no meio rural.”*( Denarti, 2001, pág. 59).

Souza et. al. (2011) analisando a distribuição dos créditos no período de 1999 a 2009 relatam a predominância da Região Sul do país, além de Minas Gerais, para os lugares de destinos mais frequentes dos recursos do Pronaf, sendo que a concentração não reflete a representatividade da agricultura familiar nesses estados. Para os autores a *“...Bahia, por exemplo, que nos quesitos considerados responde por parcela significativa da agricultura familiar, não tem participação no crédito compatível com essa importância.”*( Souza et. al., 2011, pág. 310)

Os dados da PNAD vêm a confirmar as enormes diferenças regionais brasileiras, o que apontam para a necessidade de políticas sociais voltadas para atender as necessidades específicas regionais. O que muitas políticas, como a do PRONAF, têm se mostrado falha na execução desses objetivos.

### ***Considerações Finais***

No Brasil os estudos sobre o crescimento da pluriatividade na agricultura familiar ainda carecem de estudos específicos para seu entendimento, havendo muitas dúvidas e divergências entre os pesquisadores. O mundo rural ganhou, por assim dizer, “novas” funções e “novos” tipos de ocupações e apreender a dinâmica dessas transformações no campo é essencial para compreensão das estruturas sociais. Não podemos analisar as famílias pluriativas apenas como parte do processo de proletarização do campo, resultante da decadência da propriedade familiar, mas também, como uma etapa das constantes mudanças internas e externas da agricultura familiar.

Utilizando-se dos estudos de Buainain *et. al.* (2003) pode-se clarificar que a expansão das atividades rurais não-agrícolas não vem somente a apresentar um acréscimo das oportunidades de trabalho para os membros da família, mas também uma oportunidade de sobrevivência, em geral precária, para produtores com pouco acesso ao progresso técnico, à terra, crédito, à assistência técnica, etc.

Desta forma, o trabalho vem a cumprir o papel de descortinar a necessidade, principalmente pelo governo, para uso de políticas sociais específicas e regionais que garantam a manutenção da renda/trabalho dos agricultores familiares, visto que os dados da PNAD revelam que o recurso das atividades rurais não-agrícolas nos domicílios pluriativos tem apresentado enormes disparidades regionais, seja apenas para a diversificação da produção ou usada como tática de sobrevivência para permanecer no campo, como especialmente no caso das regiões Norte e Nordeste do Brasil.

### ***Referências Bibliográficas***

ANJOS, F. S. dos, CALDAS, N. V., COSTA, M. R. C. In: **pluriatividade e sucessão hereditária na agricultura familiar**. Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, Fortaleza, 2006.

BALSAN, Rosane. **Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira**. Campo-território: revista de geografia agrária, v. 1, n. 2, p. 123-151, ago. 2006.

BRESSER-PEREIRA, L. C. In: **cidadania e res publica: a emergência dos direitos republicanos**. Revista de Filosofia Política - Nova Série, vol.1, 1997: 99-144.

BUAINAIN, A. M., ROMEIRO A. R., GUANZIROLI C. In: **Agricultura Familiar e o Novo Mundo Rural**. Sociologias, Porto Alegre, ano 5, nº 10, jul/dez, 2003.

CARNEIRO, M. J. **Política pública e agricultura familiar: uma leitura do PRONAF**. Estudos Sociedade e Agricultura. 8, Abril 1997: 70-82.

DENARTI, Reni Antonio. Agricultura familiar e políticas públicas: alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Porto Alegre, v.2, n.3, jul./set.2001.

GOHN, Maria da Glória. In: **Participação de representantes da sociedade civil na esfera pública na América Latina**. Dossiê Política e Sociedade, vol. 10, n. 18, abril de 2011.

GRAZIANO DA SILVA, J. In: **O Novo Rural Brasileiro**. Revista Nova Economia, Belo Horizonte, 1997.

GRAZIANO DA SILVA, J. In: **Velhos e Novos Mitos do Rural Brasileiro**. Revista Estudos Avançados, 2001.

GRAZIANO DA SILVA, J., GROSSI, M. D., CAMPANHOLA, C. In: **O que há de Realmente Novo no Rural Brasileiro**. Cadernos de Ciência e Tecnologia, Brasília, vol. 19, n-1, 2002.

GUANZIROLI, Carlos E.. **PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural**. *Rev. Econ. Sociol. Rural* [online]. 2007, vol.45, n.2, pp. 301-328. ISSN 0103-2003.

KAUTSKY, Karl. **A Questão Agrária**. São Paulo, Nova Cultura, 1986.

NEY, M. G. **Educação e desigualdade de renda no meio rural brasileiro**. Tese de doutorado apresentada ao Instituto de Economia da Unicamp, Campinas, 2006.

NEY, M. G. **Equações de rendimentos: o efeito da posse da terra**. Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de Economia da Unicamp, Campinas, 2002.

NEY, M. G., HOFFMANN R. **Atividades não-agrícolas e desigualdade de renda no meio rural brasileiro**. Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, Londrina, 22 a 25 de julho de 2007.

QUINTANEIRO T., BARBOSA M. L. O., OLIVEIRA M. G. In: **Um Toque de Clássicos**, 2. Ed, Belo Horizonte, UFMG, 2002.

PESQUISA Nacional por Amostra de Domicílios 2009, IBGE, 2010. **Notas Metodológicas**. <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2009/default.shtm>>, acesso em 19/12/2011.

REARDON, T., CRUZ, M. E. e BERDEGUÉ, J. **Los pobres en el desarrollo del empleo rural no agrícola en América Latina: paradojas y desafíos**. III Simpósio Latino americano de Investigación y Extensión de Sistemas Agropecuarios. Centro Internacional de la Papa. Lima, Peru, 1998.

SCHNEIDER, S. In: **Teoria Social, Agricultura Familiar e Pluriatividade**. Revista Brasileira de Ciências Sociais - Vol. 18 Nº. 51, 2003.

SCHNEIDER, S. In: **A pluriatividade na Agricultura Familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2003. 253p (A).

SCHNEIDER, S., MATTEI, L., CAZELLA, A. A., Histórico, Caracterização e Dinâmica Recente do PRONAF –Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**. Porto Alegre, 2004, p. 21-50.

SCHNEIDER, S., CONTERATO M. A., KOPPE L. R., SILVA C. C.. A pluriatividade e as condições de vida dos agricultores familiares do Rio Grande do Sul. In: **A Diversidade da Agricultura Familiar**. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2006, p. 137-165.

SOUZA, P. M., NEY, M. G., PONCIANO, N. J. **Evolução da distribuição dos financiamentos do PRONAF entre as Unidades da Federação, no período de 1999 a 2009**. Revista Brasileira de Economia (Impresso), v. 65, p. 303-313, 2011.

VEIGA, J. E. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas, Autores Associados, 2003.

WANDERLEY, Maria de N. B.. **A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil**. Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 2, p. 29-37, Editora da UFPR, jul./dez. 2000.